



## **A Desconsideração da personalidade jurídica nas Relações de Consumo: Aplicação da Teoria Menor.**

### **Autor(res)**

Felipe Rossi De Andrade

Larissa Thames Alves Santos

Maria Luiza Pereira Bernardino De Sousa

### **Categoria do Trabalho**

Iniciação Científica

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA TAGUATINGA SHOPPING

### **Introdução**

Este artigo tem como objetivo explicar, de forma clara, a desconsideração da personalidade jurídica, utilizando a jurisprudência do TJ-SP (AI XXXXX-21.2020.8.26.0000) como exemplo prático. A personalidade jurídica surge com o registro da empresa, garantindo autonomia patrimonial entre ela e seus sócios, conforme os artigos 45 e 49-A do Código Civil. No entanto, essa separação pode ser desconsiderada em casos de desvio de finalidade, confusão patrimonial ou prejuízo ao consumidor. A desconsideração permite alcançar os bens dos sócios quando a empresa é usada de forma abusiva ou fraudulenta. Conforme o ensinamento do doutrinador, Fábio Ulhoa Coelho, a desconsideração não extingue a empresa, mas responsabiliza diretamente os sócios ou administradores quando a empresa é utilizada indevidamente. A jurisprudência analisada demonstra como a teoria menor é aplicada para proteger o consumidor, mesmo sem provas de fraude ou confusão patrimonial, promovendo segurança jurídica.

### **Objetivo**

O presente artigo analisa a desconsideração da personalidade jurídica, com base legal, doutrinária e jurisprudencial. Segundo Fábio Ulhoa Coelho, ela não extingue a empresa, mas permite responsabilizar sócios em certos casos. Destaca-se a teoria menor, aplicável apenas em relações de consumo, que permite a desconsideração quando a empresa não cumpre suas obrigações, mesmo sem prova de fraude ou confusão patrimonial, facilitando o ressarcimento do consumidor e a responsabilização dos sócios.

### **Material e Métodos**

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa e explicativa, focando na análise da desconsideração da personalidade jurídica. Para isso, foram utilizados:

Legislação: Baseou-se no Código Civil (Lei nº 10.406/2002), especialmente nos artigos 45 e 50, e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), com ênfase no artigo 28, que regula a aplicação da desconsideração em relações de consumo.

Doutrina: A obra de Fábio Ulhoa Coelho, Curso de Direito Comercial: Direito de Empresa (1998), foi a principal



fonte doutrinária, explicando a teoria da desconsideração e sua aplicação.

Jurisprudência: A jurisprudência do TJ-SP, especialmente o Agravo de Instrumento XXXXX-21.2020.8.26.0000, foi analisada para ilustrar a aplicação da teoria menor na proteção do consumidor, mesmo sem provas de fraude ou confusão patrimonial.

A metodologia adotada foi qualitativa e explicativa, focada em compreender a aplicação prática e teórica da desconsideração da personalidade jurídica.

### **Resultados e Discussão**

Neste agravo de instrumento, ficou decidido o deferimento da desconsideração da personalidade jurídica, com base na teoria menor, apesar de não haver desvio de finalidade, ou confusão patrimonial.

O tribunal neste caso entendeu que a pessoa jurídica estava dificultando o ressarcimento do prejuízo do consumidor. Isso demonstra que em casos que envolvem relação de consumo, a responsabilização dos sócios, pode acontecer mesmo sem fraude comprovada, sempre visando proteger o consumidor e garantir o cumprimento da obrigação firmada. Esta decisão reforça o papel do judiciário na defesa do princípio da boa-fé e da função social da empresa, como previsto no ordenamento jurídico.

### **Conclusão**

Com base na análise desenvolvida, é possível compreender a importância da desconsideração da personalidade jurídica como um mecanismo necessário para evitar abusos e garantir justiça nas relações empresariais. Embora a personalidade jurídica seja essencial para o funcionamento das empresas, ela não deve ser usada para práticas ilegais ou prejudiciais a terceiros. Conforme Fábio Ulhoa Coelho, a desconsideração não extingue a empresa, mas responsabiliza diretamente os sócios ou administradores quando a empresa é utilizada de forma indevida. A análise do caso do TJ-SP revela a aplicação da teoria menor para proteger o consumidor, mesmo sem a comprovação de fraude ou confusão patrimonial. Isso demonstra que a desconsideração é uma ferramenta essencial para barrar abusos e garantir justiça. Assim, o uso responsável da autonomia patrimonial deve caminhar junto com o respeito aos princípios éticos e legais que regem as atividades empresariais.

### **Referências**

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial: Direito de Empresa. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm). Acesso em: 07 mai. 2025.

JUSBRASIL. Desconsideração da personalidade jurídica: saiba tudo sobre o assunto. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/desconsideracao-da-personalidade-juridica-saiba-tudo-sobre-o-assunto/1372670091>. Acesso em: 07 mai. 2025.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. Agravo de Instrumento XXXXX-21.2020.8.26.0000. Relator: Eduardo Siqueira. Julgado em 29/04/2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-sp/898657243/fatos?origin=serp>  
Acesso em: 07 maio 2025.